



CEAD
Centro de Educação
Aberta e a Distância



DEETE
Departamento de
Educação e Tecnologias

PROE
Pró-reitoria de extensão

REVISTA DO FÓRUM INTERNACIONAL DE IDEIAS

Revista

do Fórum Internacional de Ideias

Versão em Português

Volume 5, número 1

Patrimônio Imaterial, Índia e Yoga

ISSN: 2527-1377

Universidade Federal de Ouro Preto

Reitora: Prof^ª-Dr^ª Cláudia Aparecida Marliére de Lima

Vice-Reitor: Prof-Dr Hermínio Arias Nalini Júnior

Pró-Reitor de Extensão: Prof-Dr Marcos Eduardo Carvalho G. Knupp

Centro de Educação Aberta e a Distância

Diretor: Prof-Dr Helton Cristian de Paula

Vice-Diretora: Prof^ª-Dr^ª Kátia Gardênia Henrique da Rocha

Departamento de Educação e Tecnologias

Chefia: Prof^ª-Dr^ª Gláucia Maria dos Santos Jorge

Programa de Extensão Fórum Internacional de Ideias

Coordenador: Professor-Doutor Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva

Bolsistas:

Carolina Fernanda Coelho Soares

Julia Barbosa Massa Correa

Matheus Effgen Santos

Sofia Fuscaldi

Patrimônio Imaterial, Índia e Yoga

Janaína Cardoso de Mello: Pós-Doutora em Estudos Culturais, pela UFRJ, professora da Universidade Federal de Sergipe

Antonio Marcelo Jackson F. Da Silva: Doutor em Ciência Política, pelo IUPERJ, professor da Universidade Federal de Ouro Preto

José Medeiros da Silva: Doutor em Ciência Política, pela USP, professor da Universidade de Estudos Internacionais de Zhejiang (República Popular da China)

Professor Antonio Marcelo Jackson: Olá a todos, estamos iniciando mais um Fórum Internacional de Ideias e, dessa vez, com uma conexão entre Aracaju, no estado de Sergipe (Brasil), Hangzhou, na República Popular da China e, excepcionalmente, não Ouro Preto, mas, em Niterói no estado do Rio de Janeiro. A nossa convidada hoje é a professora Janaína Cardoso de Mello: Doutora em História Social pela UFRJ, Pós-Doutorado em Estudos Culturais também pela UFRJ e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Para acompanhar a fala da professora Janaína temos o professor José Medeiros da Silva, Doutor em Ciência Política, professor da Universidade de Estudos Internacionais de Zhejiang, na República Popular da China, na cidade de Hangzhou e eu, Antonio Marcelo Jackson Ferreira da Silva, professor da Universidade Federal de Ouro Preto. O tema é patrimônio cultural, Yoga, Mahadeva e Índia, essas relações culturais que também passam pela historiografia. Vou de imediato passar a palavra, já agradecendo mais uma vez a professora Janaína Cardoso de Melo pela disposição de tempo pela participação em nosso Fórum Internacional de Ideias.

Professora Janaína Cardoso de Mello: Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês, reencontrando o Marcelo meu antigo colega de turma, de formação em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e conhecer o professor José Medeiros. É muito bom que a tecnologia favoreça esses encontros e reencontros e que a gente possa realmente ter uma conversa sobre patrimônio cultural, o yoga, e como ele pode trazer benefícios para a gente e como está sendo reconhecido enquanto patrimônio. Toda essa chancela dos organismos que tratam disso. Então, muito obrigada pela possibilidade de estar aqui com vocês fazendo essas trocas.

Há mais ou menos uns oito anos, quando eu vim para a Universidade Federal de Sergipe, comecei a trabalhar com a questão do patrimônio cultural da história da museologia e fui me enveredando por esses caminhos e há dois anos, dentro do departamento de história da UFS (Universidade Federal de Sergipe), sou a professora titular da cadeira de História e Patrimônio Cultural. Assim, trabalho com turmas que

frequentam essa disciplina todos os primeiros períodos com aulas práticas e teóricas, ampliando o horizonte para trabalhar não apenas a realidade sergipana, mas também, a realidade brasileira. Isso significa entender a concepção de patrimônio material e as cartas patrimoniais da Unesco, a presença desse órgão de regulamentação e os próprios conflitos as tensões. Com isso, são estudadas as políticas públicas e em torno disso as noções de governança e de participação das populações dentro dessas concepções e construções culturais que são justamente que envolvem a chancela do patrimônio, principalmente a ideia de patrimônio da humanidade.

Aqui em Sergipe nós passamos por essa situação com a Praça São Francisco, em São Cristóvão, uma cidade colonial, e se vivencia concomitantemente as pressões da Unesco, mesmo anos depois dessa chancela de cuidado da manutenção com a falta de estrutura e investimento de financiamento. Frente a isso, ao olharmos para outras realidades, principalmente para o Oriente e vemos como eles lidam com esses processos, acredito que temos muito a aprender. Daí, dessas discussões, dessas trocas com os meus alunos, saiu a ideia justamente de começar a trabalhar essas perspectivas do oriente e do yoga, e disso brotou a ideia de um evento que é organizado por algumas universidades brasileiras sobre o Oriente: o Simpósio Internacional sobre Oriente organizado pela Universidade do Paraná em parceria com a UERJ e outras. Acabei escrevendo um texto sobre essa relação das cartas patrimoniais, o yoga e todo o processo de reconhecimento da Unesco que foi feito a partir de 2016. Esse texto acabou sendo disponibilizado online, com inúmeros comentários; essa troca de ideias com outras pessoas de outras partes do país contribuiu bastante para esse estudo e, por fim, ele texto foi mais tarde publicado em um livro eletrônico organizado pelo André Bueno, pela Dulcélia, pelo Everton Crema e pelo José Maria Neto, chamado; “Vários Orientes” editado em União da Vitória, pelo Laboratório de Pesquisa Histórica, em 2017.

Foi uma bela iniciativa que tem rendido frutos no sentido de fazer com que outras pessoas passem a discutir essa perspectiva, de pensar essa ideia do Mahadeva, de pensar essa tradição que nos parece às vezes tão distante mas, que, em suma, podemos dizer que envolve muito a questão da sensação ou da busca da sensação de paz, da liberação do sofrimento. Como andamos nessa pós-modernidade, em um momento de grande estresse, muitas preocupações com o cotidiano econômico e político, muito para além da própria religiosidade, a ideia de uma espiritualidade ou de uma busca um refúgio que nos faça justamente liberar um pouco a mente e trabalhar melhor o nosso corpo e o nosso espírito, para, justamente, conseguirmos uma renovação, uma ressignificação de nós mesmos enquanto seres humanos. Essa questão tem sido uma busca muito constante nesses últimos tempos e esse reconhecimento do yoga como uma tradição ancestral, faz com que a gente tenha justamente um outro olhar, de ainda muito mais valor ativo sobre essas práticas e essas trocas. O yoga aqui no Brasil cresceu muito, hoje em quase todas as territorialidades encontra-se essa prática; os livros e publicações são muito variados e, ao mesmo tempo, surpreende que a historiografia sobre a Índia ainda é pouco conhecida nas universidades - vê-se muito rapidamente nas disciplinas de História

Antiga. Nesse espaço é que a disciplina de História e Patrimônio Cultural tenta fazer um pouco essas ligações e levá-los para outra perspectiva, fora do “lugar comum” da história e da historiografia que já está dentro dos conteúdos programáticos. Fazer essa discussão é uma coisa que temos trabalhado muito, O que às vezes entra como ponto de reflexão é se a chancela da Unesco na valorização e o reconhecimento do yoga como patrimônio imaterial não seria uma nova colonialidade, uma tentativa de sujeição ou determinação pelo Ocidente sobre o Oriente, e uma coisa interessante que se nota é, justamente, o processo contrário de subversão das próprias determinações da Unesco, no sentido de que as comunidades do oriente têm feito muitas demandas nos últimos cinco, pela mudança dos critérios de seleção e de atribuição da chancela de patrimônio imaterial e material da humanidade. O Japão tem sido muito ativo nessa perspectiva, a Índia também; a quantidade de patrimônios que têm sido submetidos às solicitações dos processos vêm do Oriente para a Unesco e tem feito com que os avaliadores do órgão tenham que relembrar, recriar e até mesmo quebrar os próprios paradigmas de análise que eram anteriormente os padrões ocidentais. Então, isso é fantástico porque faz com que haja no primeiro momento o incômodo da Unesco de sair do seu lugar de conforto e aceitar esse desconhecido, com conhecimento de valor, e que contribui para a criação de novos critérios de avaliação, de novos critérios de valoração que não são mais os do Ocidente: agora são os do Oriente e colocam-se em pé de igualdade.

Acredito que escapemos daquele padrão de hierarquização, de achar que tudo que é patrimônio está no Ocidente, e conquistemos uma visibilidade e um poder de discurso político. Devido a isso, também temos o Oriente com uma força muito grande, determinando os parâmetros disso. É muito interessante ver como a Índia, o Japão e a própria China se colocam não como Sujeito da Unesco mas como protagonistas da própria patrimonialização que eles querem dos espaços que são ocupados por eles.

Quando se fala de patrimônio imaterial isso é muito mais importante, porque é a comunidade que precisa dar essa valorização se sentir referenciada, sentir a sua identidade vinculada àquela prática e então, a gente vê isso muito forte. Não é só uma questão de gestores políticos, é uma questão que envolve as associações, as comunidades. Na questão do yoga vemos as associações de práticas do yoga se reunindo e definindo essas solicitações, trazendo outra perspectiva para a ideia de governança mais horizontalizada, onde se pauta não mais a ideia de cima para baixo, da Unesco escolhendo o que ela quer patrimonializar. Aqui no Brasil temos visto muito isso nessa última década, não mais o domínio do Iphan, do patrimônio histórico e artístico nacional, mas sim, as comunidades questionando: “Somos nós que vamos definir o que é o nosso patrimônio e o que nós queremos”. Isso também faz com que os próprios jogos de poder se alterem e novas dinâmicas são criadas.

Professor Antonio Marcelo Jackson: a quantidade de informações aqui é incrível, porque vários assuntos que você está colocando, o professor José Medeiros, brasileiro,

que está na China há muitos anos, também passa por isso. Até por que Hangzhou é uma cidade também Patrimônio da Humanidade. Assim, José Medeiros, agora a palavra é sua; fique à vontade.

Professor José Medeiros: Em primeiro lugar, é realmente um prazer participar desse 5º Fórum Internacional de Ideias, o primeiro de 2018, agora contando com a presença da doutora Janaína Cardoso, que muito nos honra em compartilhar essas suas reflexões. A professora destacou nessa sua apresentação inicial alguns aspectos que considero intelectualmente motivadores. Primeiro, é essa questão dos jogos de poder e da definição do que é relevante para um indivíduo e para uma comunidade. O que é histórico?

Eu tenho percebido que a grande tarefa do povo brasileiro é se apropriar e se incluir na História da edificação do país. Isso, mentalmente, ainda não foi feito. Se não nos percebemos como sujeitos relevantes do processo histórico, ficaremos sempre de fora da História. Então, seremos classificados por categorias muito gerais, como ‘Povo’, etc. E assim, nós seres concretos que passamos e deixamos marcas logo desaparecemos.

Voltando para a questão de conhecimentos adquiridos e de práticas culturais consolidadas que são transmitidas geração após geração – por exemplo a yoga na Índia ou o Tai Chi Chuan aqui na China -, no momento em que a população percebe que esses saberes são relevantes como identidade individual e coletiva ela encontra formas para sua continuidade. Chega um momento em que essas práticas são percebidas também pela consciência, ganhando uma nova dinâmica para sua propagação e continuidade.

Eu penso que isso que a professora Janaína de alguma forma estar a fazer, quando por exemplo, oferece dentro da universidade uma disciplina que proporciona a interação dos seus alunos com determinados saberes culturais tradicionais existentes em algumas comunidades. Assim, o que já era por si valioso tem o seu valor percebido por outros grupos sociais, proporcionando novas dinâmicas entre as comunidades e outros grupos humanos interessados na diversidade cultural humana. Esse exemplo de atuação da professora Janaína é um caminho que deveria ser multiplicado pelas nossas universidades.

Sobre a questão do Oriente, penso que de alguma forma, com honrosas exceções, a universidade brasileira e muitos dos nossos pensadores o esqueceram. E quando pensamos que mais da metade da humanidade se concentra no Oriente, o estudo do mesmo deveria ser algo comum dentro das nossas universidades. Infelizmente, ainda não é. Esse discurso de humanidade que não considera o todo, é um discurso incompleto. Por que é que eu seleciono tal conteúdo para ser ensinado? Por que só refletirmos sobre uma parte do mundo e não sobre outras? As reflexões da professora Janaína, de alguma forma, nos leva a pensar nessas questões.

Quanto mais nos universalizarmos, mais completo ficaremos. É isso que o Brasil precisa, ser essa parte que abraça o todo. Agora mesmo, mais do que nunca, o Brasil está precisando perceber isso, para que não fique aprisionado por coisas tão pequenas. Mas, pela fala da professora Janaína, fico feliz em perceber que no Brasil boas sementes estão sendo plantadas.

Professor Antonio Marcelo Jackson: José, obrigado pelas palavras. Janaína, você quer dizer algo sobre a fala do Professor José ou prefere esperar o meu comentário? A escolha é inteiramente sua.

Professora Janaína Cardoso de Mello: gostaria de fazer uma colocação a respeito dessas questões que estamos tratando.

Quando se trabalha com as cartas patrimoniais, as pessoas ressaltam muito no início do século XX as Cartas de Atenas ou as Cartas de Paris e esquecem que o terceiro documento extremamente importante para pensar o patrimônio dentro dessa perspectiva da humanidade, da perspectiva mundial, ele foi organizado justamente em Nova Délhi, que é a “Recomendação para Princípios Internacionais de Pesquisa Arqueológica” realizado durante uma conferência da Unesco, 9ª Sessão, e a partir dele se discutiu a problemática do patrimônio arqueológico das criações de coleções, das ações educativas que deveria se pensar justamente o Oriente, que estava servindo muito aos estudos de arqueólogos e pesquisadores do Ocidente, mas que tinham a atitude de levar esse material para os museus ocidentais. Ou seja, não necessariamente fazer o trabalho de valorização no local aonde estava sendo feita a escavação arqueológica e todo o trabalho de prospecção. Frente a isso, diversos países têm pressionado os grandes museus sobre a devolução dessas peças: colocam-se na condição de que eles são os verdadeiros donos e atuam no sentido de exigir a repatriação desses bens e sua gestão. É algo que também se coloca dentro dessa nova agenda de discussões, que não são só culturais, são discussões políticas, porque sabemos que a detenção desses patrimônios, principalmente os do Oriente, tem feito com que muitas pessoas deixem de realizar o próprio fluxo turístico para o Oriente e preferam ir no Louvre em Paris ou a Londres. Temos os ingressos dos museus em volumosas quantias, a própria questão da permanência desses turistas, da circulação, alimentação, hospedagem e, do outro lado, o Oriente que “forneceu” esse material não recebendo absolutamente nada, nem 10% de todo esse ganho que fica nesses países do Ocidente. Essa consciência que tem também, trazido essa reflexão, também para os países da África que tem feito essas exigências a Portugal e outros países que participaram desse processo de colonialismo, imperialismo, enfim, criando uma outra percepção de patrimônio da guarda, da salvaguarda e de gestão desses bens. É muito interessante vermos a contestação desses espaços de guarda. E principalmente essa contestação vindo mais uma vez não só dos representantes oficiais, presidentes, primeiros-ministros, enfim, mas também da

população civil organizada. Isso, para mim é fundamental, essa consciência que, mais uma vez eu digo, é cultural e eminentemente política.

Professor Antonio Marcelo Jackson: Com certeza, Janaína. Pegando gancho na sua fala quando trata da gestão dos bens. Recordo, por exemplo, do Museu Nacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), na cidade do Rio de Janeiro, que tem a maior quantidade de peças egípcias no mundo depois do Museu do Cairo (Egito). Recordo de alguns anos atrás quando o governo egípcio fez uma crítica muito séria a respeito da guarda desses bens e a fala foi bem direta; “Olha, se vocês não têm condições de guardar de maneira correta, nos devolvam, por favor” - isso, apenas para citar. Mas, retornando ao ponto, Janaína, quando você fala das ações da Unesco, de lidar com o patrimônio cultural, onde no primeiro momento as pessoas entendiam como uma espécie de nova colonização eu me lembrei, de forma direta, de um livro que você e eu lemos na nossa graduação: “Orientalismo: o Oriente Como Invenção do Ocidente” de Edward Said. Esse livro marcou muito a minha formação, pois, a essência de seu argumento afirma que quando se fala de Oriente a própria palavra Oriente já definiu o espaço, e que você está dizendo que é outro. Então, você é o centro e o que não é você é o outro, e esse outro passa a ser como Oriente; que esse Oriente, a Índia, a China, o Japão e a própria África, nesse sentido ideológico, não no sentido geográfico, ele foi primeiro inventado no discurso. É interessantíssimo esse trabalho de Said. Fico pensando na questão desses discursos e pegando um pouco a carona na fala do José Medeiros, onde todos os discursos, antes de qualquer coisa, é um discurso político e essa lembrança dessa crise recente, dos Estados Unidos e Israel com a Unesco, me parece que é bastante sintomática nesse sentido. Ou seja, no momento em que você tem inúmeras sociedades do assim chamado Oriente reivindicando que seus valores culturais e construções se transformem em patrimônio da humanidade, e suas construções, como patrimônio material, na mesma humanidade, o espaço passa a ser ocupado, e aí os governos norte-americano e israelense resolvem criticar e se retirar da Unesco. Retiram o financiamento ao órgão que precisa desse dinheiro como se dissessem “olha, agora não estou gostando mais da brincadeira”. Enquanto a “brincadeira” era para o meu lado achava bonito; agora, não. Retornando ao livro do Said é como se aquele Oriente passasse a não ser mais uma invenção do Ocidente. Na hora em que o Oriente deixa de ser uma invenção do Ocidente, esse Ocidente já não tem mais interesse. É no mínimo sintomático todo um discurso que já não se sustenta mais. De novo isso fica mais claro com a ideia que traduzo como “o bom patrimônio”. Então, o que seria um bom patrimônio cultural? Aquele que é do Ocidente.

Em termos geopolíticos, todos nós sabemos da condição atual da China no mundo; até que ponto o crescimento da China, o crescimento que o Japão realizara há tempos dominando boa parte dos mercados mundiais, significa que o centro do mundo não está mais no Oceano Atlântico.

Nesse aspecto, sem perdermos o fio da meada e retomando informações ditas anteriormente, o trabalho que você, Janaína, realiza como professora na Universidade Federal de Sergipe e que o professor José Medeiros destacou de forma muito precisa, é algo extraordinário, importantíssimo. Fico pensando no uso da tecnologia por essas comunidades. É curioso que essa tecnologia que foi criada no primeiro momento como ferramenta de controle, agora é utilizada pelas comunidades que em tese estariam reféns desse processo e começam a se valorizar independentemente do status atual do sistema, independentemente de, se a política pública no primeiro momento, consegue ou não, dar conta daquela demanda. Vou citar um exemplo da cidade do Rio de Janeiro. Existe uma dança e um canto chamado, Jongo, que é de origem africana, das sociedades Banto (região dos atuais Congo, Angola e Moçambique). Esse grupo étnico ocupou de forma maciça as regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, um pouco da Bahia e um pouco do Nordeste. Consequência cultural da sociedade banto na cidade do Rio de Janeiro, dois lugares são tidos por excelência como da dança do Jongo: o Morro da Serrinha no bairro de Madureira e na região do Morro do Salgueiro, na chamada grande Tijuca. No morro de serrinha foi criado há um tempo a Casa do Jongo e essa casa recebia apoio financeiro da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Contudo, no momento atual, a cidade é administrada por um prefeito claramente vinculado a grupos religiosos, de viés evangélico, deixando claro suas preferências pessoais e contrariedade em relação à qualquer outra coisa que não seja ligada à religião evangélica. O que ele fez? Retirou o apoio à Casa do Jongo. Em qualquer outra época de história da humanidade ela simplesmente definharia e ninguém ia ficar sabendo, ou quando soubesse já seria apenas uma ruína. Porém, a Casa do Jongo tem página no Facebook, tem canal no YouTube, enfim, uma série de recursos para lançar mão. Assim, começaram a criticar isso e estão recebendo o apoio de várias pessoas, via tecnologia.

Não sei se caberia na sua disciplina, Janaína, debater o assunto. Dito isto, devolvo a palavra a você.

Professora Janaína Cardoso de Mello: para termos uma ideia em 2011 tínhamos 213 elementos que foram inscritos para receberem a chancela de patrimônio imaterial da humanidade; desses, 96 eram provenientes da Ásia e do Pacífico. Assim, quase metade deles derrubava essa ideia da centralidade ou da maioria do Ocidente dentro dessas reivindicações. Dentre as 90 tradições que possuem hoje o seu de patrimônio imaterial da Unesco, 26 estão localizadas na Ásia e no pacífico. Esses são pontos de 2011. Atualizando esses dados, com certeza, há muito mais. Pensar nas músicas, nas danças, nas línguas antigas que têm buscado essa visibilidade, essa patrimonialização enquanto um poder político, como o professor José Medeiros estava falando, que isso dá visibilidade, da inserção dentro do panorama de discussões de mundo, isso mostra essa vontade e esse protagonismo. Quando falou dessa questão da tecnologia, isso é algo que eu tenho trabalhado desde 2010 cheguei na UFS, em 2009. Em 2010 comecei a me aproximar da tecnologia e são quase seis anos como membro da Coordenação de Inovação e Transferência Tecnológica, CINTTEC-UFS, e comecei a desenvolver alguns

projetos: primeiro, bem tímidos, de elaboração de sites e blogs que construíssem bancos de dados sobre patrimônios culturais para fazer essa organização e sistematização num determinado espaço para que os alunos pudessem utilizar. Nos últimos dois anos me enveredei pelo caminho de desenvolvimento de aplicativos; estou com dois projetos voltados para essa questão do patrimônio, o Maptour, de turismo, cuja ideia é fazer plotagens nos aeroportos brasileiros. No momento, seis aeroportos que direcionam para mapeamento de produtos que receberam certificação de indicação geográfica. São 13 produtos brasileiros que tem todo o modo de fazer cultural, dentre eles inclusive os de Minas Gerais, o Queijo do Cerro. Então, a ideia é fazer um mapeamento de uma rota que promova uma articulação, um sistema, que não favoreça só a individualidade, mas a coletividade das comunidades. Muitas vezes você tem essa indicação geográfica, que é muito bem-sucedida, pois vem acompanhada de políticas públicas, de gestões, como no caso do Sul, no Vale do Vinhedos. Temos também aqui em Sergipe, com a Renda Irlandesa, de Divina Pastora, no Espírito Santo, as paneleiras de Goiabeira. A ideia é trazer sua visibilidade para que as pessoas comecem a saber o que é essa indicação geográfica e como ela está relacionada à aquela territorialidade, aquela cultura, aquela comunidade. Às vezes essa patrimonialização já aconteceu pelo próprio registro de patrimônio imaterial do Iphan, e às vezes não. Mas, isso não tira valor porque a própria comunidade reconhece como patrimônio material. O aplicativo mostra justamente os locais onde essas comunidades podem ser encontradas, e assim, eliminar os atravessadores. Efetuar a compra diretamente com essas comunidades e toda uma estrutura turística que serve isso e mostrar que mesmo em locais que você não tenha hotel ou restaurantes que possam assessorar aquela comunidade, estes existem nas proximidades. Com isso, deixa de ser somente um espaço, como acontecia aqui: vinham a Sergipe e compravam a renda irlandesa em Aracaju, ao invés de irem a Divina Pastora. A ideia é que as pessoas saibam que Divina Pastora fica há uma hora e meia de ônibus ou quarenta minutos de carro. Você compra diretamente de quem faz, conhece a cidade e vive um pouco a experiência de ver as rendeiras produzindo. A ideia é estimular esse processo.

Esse é um dos aplicativos que tenho trabalhado e que recebeu financiamento ano passado do Observatório do Itaú Cultural. Hoje temos capital para fazer um aplicativo que saia da ordem, porque estávamos trabalhando com um software livre e agora podemos trabalhar com algo muito mais elaborado. O segundo aplicativo que estamos criando agora (imagino que até Agosto ou Setembro ele já esteja disponível), é um mais endógeno, exclusivamente para Sergipe: a ideia é fazer o mapeamento de todos os grupos de folclore que fazem manifestação de bens tradicionais de danças e que estão em vários municípios daqui, não necessariamente na capital, Aracaju mas que estão nas vizinhança. Esse aplicativo faz um mapeamento, traz biografias, vídeos, revistas, fotografias desses grupos, mostra os horários de ensaios deles, formas de contato para que possam se apresentar em feiras, de festas que são organizadas. A ideia é fazer com que entrem numa dinâmica da economia da cultura e que principalmente possam ser o gestores do seu próprio produto e temos feito muitas pesquisas. Por exemplo, no

Festival de Laranjeiras, em Janeiro, aproveitamos muito para fazer essa coleta de dados; os bolsistas aproveitaram esse processo para entrevistar os grandes mestres das expedições, a maioria já na terceira idade. São registros que ficam de pessoas que não sabemos durante quanto tempo estarão conosco, e toda sua divulgação a tecnologia propicia. São grupos tradicionais que não utilizavam qualquer recurso e que agora passam a ser objetos e protagonistas da tecnologia, porque, com isso, outros estados e até outros países vão entrar em contato diretamente com eles, mestres organizadores desses grupos, para efetuarem as transações de contrato de acesso a direitos de imagem, de filmagem, enfim, de todo processo em que eles possam fazer essa troca e também valorizar muito o patrimônio imaterial.

Isso sempre foi uma discussão dentro da academia, com historiadores, antropólogos, sociólogos, a saber, que o patrimônio imaterial precisa estar dentro desse circuito de economia criativa, de economia cultural; precisa ser um vetor de economia e a sustentabilidade pra quem o produz. Não adianta só pensar nesse patrimônio daquela forma sócio-idealista: “as pessoas fazem porque gostam, por que amam e tem obrigação de manter sem ganhar nada por isso, porque se passam a receber por isso é mercantilização da cultura”. Na sociedade atual vemos os jovens querendo abandonar a suas tradições em busca de outros meios que lhes favoreçam economicamente. Então, quando você inclui esses processos culturais e materiais dentro de um circuito de economia, da cultura, onde eles são os próprios gestores, onde eles estabelecem o preço e fazem toda divisão, você favorece o associativismo e o empoderamento da comunidade. É uma forma deste patrimônio material não morrer. Eu acredito que alguns outros países já descobriram isso há um bom tempo e o Brasil ainda está engatinhando nesse processo.

Retornando à questão do Oriente aqui no Brasil, acredito que, com esse avanço da China, econômico e político, cada vez mais, principalmente no Brasil, vai ser muito importante essa parceria com a China e esse conhecimento da China. A China já está deixando de ser o outro, ela está virando um parceiro. E, enquanto parceiro, precisamos realmente conhecer a cultura e as tradições para poder dialogar; construir uma relação de diálogo.

Portugal já vem fazendo há um bom tempo porque tem percebido isso. Então, aqui no Brasil, temos que começar a olhar para este cenário, e eu acredito que as Universidades têm um papel fundamental nisso, porque formamos as novas gerações em várias áreas para poder dialogar com esse novo universo que está sendo constituído. Se deixarmos essa nova geração de fora, auxiliaremos na exclusão desse grupo, e então quem é que vai realmente poder dialogar, construir uma base de interesses coletivos? São questões para pensarmos na Universidade. Eu espero muito que essa disciplina de História e Patrimônio Cultural continue. Passamos agora por uma reformulação no nosso plano político pedagógico de curso e eu tenho lutado muito para a continuidade dessa disciplina na nossa grade. Que seja ainda no primeiro período, que é quando os alunos chegam, e já chegam ávidos. Já ficam muito interessados em discutir isso e já começam

a ver que patrimônio não é apenas aquilo que está classificado como patrimônio, mas é aquilo que dá a eles essa sensação de pertencimento, de identidade, de referência. Isso tem me deixado muito feliz, inclusive pela procura de discentes de outros cursos.

Já estou na quarta turma que ofereço essa disciplina e em cada oferta mais de sessenta alunos se matriculam. E não somente os alunos de história (ela é obrigatória para o aluno de história), mas com solicitações de vagas adicionais para o turismo, arqueologia, arquitetura, artes, teatro, enfim, vários outros cursos têm mostrado este interesse em estar mais próximo, em conhecer melhor essa dinâmica do patrimônio. Faço questão de trabalhar justamente Índia, China, Oriente, Japão, as cartas patrimoniais, mostrar como, apesar das tensões e conflitos, os povos têm construído uma nova dinâmica de pensar o patrimônio, e como essas instituições de guarda, ou que tenham a palavra oficial, estão sendo obrigadas a se reposicionar, e se reposicionar dentro dessas novas demandas, dentro dessa nova agenda. Tem sido muito interessante porque isso dá uma esperança para que essa geração que está chegando agora também caminhe por esse setor, por esse segmento do patrimônio, e comece a também a lutar pela salvaguarda e pela valorização e desenvolvimento de políticas públicas de governança, de economia da cultura e economia criativa para as áreas de onde eles vêm. Principalmente aqui no Nordeste, que tem uma cultura imensa e ainda com tão pouca coisa patrimonializada. Principalmente as indicações geográficas, se pensarmos que em Sergipe só temos uma, a “Renda Irlandesa”; e quantos outros produtos poderiam ter com indicação geográfica?

Se formos pensar em termos de Brasil ainda temos pouca indicação geográfica para cultura e para os produtos maravilhosos do país com uma territorialidade continental. Essa é uma preocupação que já vemos muito na Europa há tempos, e também é perceptível na China e no Japão, com avanços enormes nessa discussão das indicações geográficas tradicionais, culturais e artesanais, não apenas os produtos agropecuários, por exemplo. Acredito ser esse o caminho.

Professor Antônio Marcelo Jackson: José, a palavra é sua.

Professor José Medeiros da Silva: A fala da professora Janaína nos estimula muito a pensar.

Recentemente, assistir a um filme brasileiro – Nice: o coração da loucura - que passou na China na rede nacional de cinema. Então fui ao cinema aqui na minha cidade, em Hangzhou, e vi o filme. Depois, o jornalista João Pimenta, correspondente da Lusa (Agência de Notícia de Portugal) em Pequim, me ligou para que a gente comentasse isso¹. Um dos comentários que eu fiz foi de que na relação com a China o governo

¹ <https://www.dn.pt/lusa/interior/reportagem-brasileiros-na-china-celebram-primeiro-filme-do-brasil-nos-cinemas-chineses-9080456.html> (acessado em 29 de janeiro de 2018)

brasileiro e os agentes econômicos não poderiam pensar apenas em minério de ferro e em soja. É preciso pensar também na cultura em sua perspectiva econômica, como a professora Janaína acabou de falar.

Aqui na China percebe-se que o primeiro movimento para que algum bem histórico-cultural seja conhecido nacionalmente e, talvez, internacionalmente, é o reforço da sua valorização local. Uma manifestação cultural gastronômica, uma dança, etc, enfim, qualquer manifestação cultural, se não é valorizada localmente, dificilmente ela será percebida por um público mais amplo. E só depois desse reforço local se poderá entrar nessa dinâmica de consumo cultural.

Se observa aqui na China que quanto mais a sociedade se desenvolve materialmente mais os bens culturais passam a ser apreciados. Na verdade, esse é um fenômeno consolidado, digamos, na mentalidade de um grande conjunto de humanos.

Por exemplo, e o Rafael Lima fizemos uma viagem à Índia para consumir cultura. Fomos visitar Damão, Diu e Goa por causa da cultura, da História. Porque ali, assim como no Brasil, os portugueses passaram, deixaram suas marcas, inclusive no falar. Nós sabíamos que aquilo existia e que era relevante. Tínhamos essa informação.

Por que eu fui para Hiroshima? E de Hiroshima, inclusive, trouxe alguma pedrinha do rio sobre o qual explodiu a primeira bomba atômica? Estou levando lá para a minha biblioteca-museu, em Cana Brava, no município de Pureza, no Rio Grande do Norte. Estou levando essas pedras para lá para estimular as crianças a pensarem sobre a História humana, sobre a paz.

Quando eu era criança, com uns oito anos de idade, eu li um livro sobre a explosão da primeira bomba atômica em Hiroshima e aquilo me deixou impressionado e com um desejo de conhecer aquele lugar. Inclusive, na próxima semana, estarei indo outra vez ao Japão, com a minha esposa. E desta vez quero conhecer Nagasaki e trazer para o Jardim-Ciência umas duas pedrinhas de lá. Mesmo porque Nagasaki foi praticamente criada pelos portugueses.

No momento em que a nossa mente se apropria de informações aumenta também a possibilidade de interação com a história e as manifestações culturais desses diversos espaços.

O professor Antônio tocou no seu comentário sobre a questão do Oriente e do Ocidente. “*Quem é o Oriente?*” Penso que o nosso Oriente está agora dizendo ele próprio quem é. Uma coisa é o *quem eu sou* dito pelo outro. Isso é muito diferente de um *quem eu sou* dito por quem realmente é.

Eu penso que está em curso algo novo na humanidade, que é onde as individualidades e os grupos se percebem e afirmam sua própria cidadania e dignidade. A legitimação dessa afirmação, que é quando o outro dá um carimbo e diz que tem valor, é apenas uma consequência. Você já tem a consciência do seu valor como humano, da sua dignidade, independente de ser percebido ou não por outros. É claro que quando temos essa percepção também passamos a valorizar o outro e reconhecer o seu valor.

A fala da professora Janaína me fez pensar em um movimento complementar entre um olhar para as manifestações culturais locais e externas.

Por exemplo, poderemos olhar para fora e interagirmos com outros povos e culturas para, se possível, absorvermos algumas de suas práticas que podem ser incorporadas no nosso cotidiano ou nos melhorar como humanos. Por exemplo, quando conhecemos a Yoga e dela nos apropriamos esse valor cultural também passa a ser nosso. Esse raciocínio pode ser ampliado para comidas, esportes, dança, etc...

Um outro movimento é o olhar para o entorno, para nós mesmos. Ver que temos valores culturais e históricos para serem cuidados e transmitidos.

Realmente, é muito relevante essa parte da economia, ou seja, pensar a cultura também sob uma perspectiva econômica. Mas é preciso ter cuidado, porque, um conhecimento histórico ou uma manifestação cultural não pode depender exclusivamente dos apoios do poder público ou de alguma empresa específica. A sociedade não pode se dar ao luxo de deixar algo valioso nas mãos dos outros.

O que é precioso precisa ser cuidado. E o primeiro passo é trabalhar a consciência social para que se aproprie de suas preciosidades culturais e históricas. Dito de outra forma, não podemos deixar que o que é valioso venha a morrer devido alguma sazonalidade, como guerras, secas, falta de investimentos, etc. Nesse sentido, nós precisamos de um processo de educação em que as pessoas percebam o valor e, a partir daí, se mobilizem ou criem mecanismos para que aquilo que é valioso possa ser continuado.

Esse é o grande desafio, e nesse aspecto, o Brasil está numa fase ainda muito elementar. Precisamos, também, ter clareza das nossas limitações enquanto nação, pois nesse aspecto, nosso povo ainda anda muito disperso.

Por exemplo, na região de Touros, minha terra natal, desenvolvo com a minha família o Jardim-Ciência Aziz Ab'Sáber, que é um experimento sociocultural com objetivo de estimular os jovens a se apropriarem de sua própria história e interagirem com outras manifestações culturais existentes na humanidade.

Professor Antonio Marcelo Jackson: acontece que o professor José Medeiros está há quase dez anos na China e com os recursos que conquistou desenvolve projeto na sua

comunidade natal, em Cana Brava, Pureza-RN, como ele já citou. O projeto chama-se Jardim-Ciência. José sonha, num belo dia, termos um Fórum gravado lá, diretamente no Jardim-Ciência. O que ele estava citando agora, nesse final, e que acompanhamos, é um sonho que ele tem.

Professor José Medeiros da Silva: É preciso nos apropriar mentalmente do mundo e de seus tesouros históricos e culturais. Essa é uma grande tarefa do povo brasileiro, se apropriar, cuidar e transmitir saberes tradicionais relevantes. Claro que o primeiro passo é que esses conhecimentos sejam mentalmente percebidos. Um exemplo, temos a uns 20 km do Jardim-Ciência Aziz Ab’Sáber a Praia do Marco (Atualmente localizada no município de São Miguel do Gostoso). Ali foi encontrado o Marco Colonial de Touros, colocado pelo Reino de Portugal em 1501. É um achado de grande relevância histórica, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional. O monumento levaram para o Forte dos Reis Magos, em Natal. Mas a praia estar ali, pertinho de muitas escolas de alguns municípios. No entanto, não sei se as escolas da região exploram historicamente o local. Sei que quando por lá estudei nunca fui levado a essa praia para apreciar *in loco* parte tão importante do processo de construção do Brasil. Só depois de adulto, por caminhos próprios, é que fui perceber a relevância desse local.

Eu recentemente visitei Portugal com a minha esposa e passei em Braga para visitar o Paulo Rodrigues, um amigo que também é professor na Universidade de Estudos Internacionais de Zhejiang. Quando chegamos lá, ele falou: “*Olha, aqui nós temos no museu a Cruz da Primeira Missa rezada no Brasil*”. Eu fiquei muito entusiasmado e logo fomos ao museu para apreciar aquele objeto. Por mais que existam dúvidas históricas se aquele objeto é mesmo a Cruz da Primeira Missa, só a possibilidade de ser já me deixou num estado de euforia especial. Foi como se eu tivesse ganhado um grande presente para a minha vida. A mesma coisa aconteceu em relação ao Marco de Touros. No entanto essas sensações porque aqueles objetos já estavam apropriados pelo meu imaginário. E é isso que precisa ser feito, especialmente em relações aos jovens.

Bom, professora Janaína, eu penso que é necessário trabalharmos em diversas direções, porém juntando esforços. Uma boa direção é essa que a professora está fazendo em relação ao mapeamento de práticas culturais tradicionais e o desenvolvimento de aplicativos que facilitem sua localização. Nesse sentido, o envolvimento de instituições acadêmicas, empresas, o poder público, comunidades, etc, é muito importante e louvável.

No entanto, é necessário explorar outros caminhos, como o que desenvolvo no Jardim-Ciência, para que haja uma apropriação do que é historicamente valioso, independentemente da participação de governos ou do aporte econômicos de outras instituições. Existem conhecimentos que estão dados, mas que não os percebemos como importantes para o nosso fortalecimento como cidadão. Quando nós desenhamos um mapa-múndi no muro do Jardim-Ciência estamos simbolicamente nos apropriando do

mundo. Oferecendo às crianças que ali visitam novas possibilidades de se localizar e perceber mentalmente outros espaços. Ali se pode, por exemplo, localizar os espaços lusófonos, onde outros povos falam também o português, como Macau, na China, Goa, Damão e Diu, na Índia, Timor Leste ou os países africanos de língua portuguesa.

Exemplos assim, proporcionam a crianças de nossas comunidades pobres a expandirem o seu imaginário e ampliarem os seus conhecimentos sobre si e o mundo.

Eu acho que é isso. Existem muitos conhecimentos especiais produzidos por nossas universidades e que precisam sair, para serem apropriados pelas pessoas, como o exemplo que a professora Janaína está aqui apresentando. Como tenho conversado com o professor Antônio, a própria existência desse Fórum é um caminho nessa direção. É algo novo que a gente tem que aproveitar e ampliar. E a interação de redes vai justamente criar a força que precisaremos para nos apropriar do conhecimento que precisam ser por nós apropriados.

Professor Antonio Marcelo Jackson: apresento aqui umas poucas palavras para você fazer o encerramento desse nosso bate-papo. Gostaria que você encerrasse com a seguinte questão: tomando aquilo que disse, que você tem apenas um patrimônio imaterial reconhecido em Sergipe, até que ponto nós também não somos Oriente? Pensando a palavra *Oriente* do Edward Said, o conceito dele aplicado ao nosso próprio país. Penso no Jardim-Ciência, que o José faz lá no Rio Grande do Norte, quer dizer, até que ponto nós também não somos Oriente? Até que ponto nós somos estrangeiros na nossa própria terra? Essa é a grande questão. Assim, eu devolvo a palavra para você encerrar o nosso Fórum.

Professora Janaina Cardoso de Mello: o único que tem a indicação geográfica aqui que é concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é a Renda Irlandesa. Ela também é patrimonializada pelo IPHAN, recebeu registro de patrimônio imaterial. Nós temos alguns outros patrimônios aqui que são patrimonializados pelo estado. Legislações estaduais, como no caso das queijadas da Dona Maria dos Santos, que por legislação estadual foram patrimonializadas. Enquanto Praça, enquanto patrimônio material, chancelado pela Unesco como patrimônio da humanidade, só temos um, a Praça São Francisco em São Cristóvão. Além disso, temos outros patrimônios, também tombados pelo IPHAN: o Centro Histórico de Laranjeiras e outros espaços. Mas ainda são poucos.

Na verdade, como você falou, ainda vivemos um cotidiano no qual ainda temos que aprender muita coisa, muita informação sobre esse patrimônio. Nas últimas décadas, houve essa consciência maior de que a reivindicação de patrimônio tem que partir da própria comunidade para que realmente tenha sentido. Que não venha de cima para baixo, como acontecia na década de 1930, na qual temos a patrimonialização principalmente do patrimônio material, e desprezo pelo patrimônio imaterial. Em

relação aos espaços referentes à colonização, espaços de poder, igrejas católicas, (Minas tem um papel muito importante durante esse processo), o que vemos nas últimas décadas é uma subversão disso. A partir de 2000, com a Conferência de Patrimônio Imaterial na Unesco e a própria definição do conceito, passamos a ter essa valorização e mais editais. Os grupos que produzem o patrimônio imaterial (saber-fazer), principalmente os grupos de dança e de folclore, começam a participar desses editais. Começam a se desgarrar dessa questão do poder político, que cobrava votos em troca de subsídios e financiamento. Aqui no Nordeste, o professor Medeiros sabe muito bem, os grupos recebiam os seus uniformes novos desde que, nas épocas de campanha, eles fizessem as danças com a camisa do candidato à Prefeitura ou do governo que os “favoreceu” com dinheiro público.

Nesses últimos dez anos, houve uma mudança nesse sistema, no sentido de dar uma instrumentalização para esses grupos e para esses mestres, em que eles poderiam tirar seu próprio CNPJ e concorrer aos editais. As Universidades começaram a chegar mais próximo, auxiliá-los a montar os próprios projetos para essa concorrência. Assim, essa verba que chega até eles Não é mais uma doação. É uma conquista deles, deixam de dever favores a estes gestores públicos.

Já tivemos uma política muito boa. Infelizmente, a conjuntura atual do Brasil inviabilizou muita coisa. Estamos agora em um processo de retrocesso. Apesar disso, nos últimos dez anos, nós tivemos muita discussão sobre as políticas nacionais de cultura. Os planos decenais (de 10 anos), assim como o professor José estava falando, sobre não deixarmos na mão dos partidos políticos, de figuras isoladas dos governos. Que a política cultural seja um plano de Estado, não plano de um grupo no Poder. Porque assim as discontinuidades acabam sendo muito fortes nesse processo. Isso fez com que várias regiões se empoderassem. Houve elaboração de conferências municipais e estaduais sobre políticas públicas culturais. Temos vários grupos de pesquisa e de revistas acadêmicas lançadas para apoiar esses segmentos. Então tem uma discussão muito forte nesse sentido, vemos um andamento, nos últimos anos, muito favorável a essa conscientização. Entretanto, nós enquanto Brasil ainda precisamos de muito mais. Estamos engatinhando, precisamos favorecer principalmente as gerações mais novas, para que tenham esse conhecimento.

Sobre que o professor falou dessa questão dos jovens muitas vezes não saberem que algo com muito valor cultural está a vinte minutos de sua residência, eu vejo isso todo semestre, quando começo a disciplina de História e Patrimônio Cultural. Sou carioca, estou no Nordeste há treze anos, vai fazer quatorze, e quase nove anos aqui em Sergipe. Mas eu vejo sergipanos que vêm fazer a disciplina comigo e que nunca foram à Laranjeiras, que tem o Encontro Cultural mais famoso do estado (começou em 1976). Então, o que eu faço com esses meninos: quando eu consigo casar a disciplina com a ocorrência do Encontro Cultural, eu levo todos eles comigo para Laranjeiras. Se não acontecer o Encontro Cultural, de qualquer forma eu levo eles para Laranjeiras. Assim,

eu mapeio os lugares e carrego eles. Às vezes, não temos infraestrutura na Universidade (ônibus e motorista), vamos de ônibus comum mesmo. Cada pessoa paga sua passagem e a gente chega, fazemos a coisa acontecer. Em janeiro, quando teve o Encontro Cultural de Laranjeiras, fiz uma outra forma de avaliação com eles, porque como a disciplina traz essas propostas de reflexões novas, as avaliações também têm de ser novas. Como se fala muito na questão da tecnologia, na minha avaliação eles foram divididos em grupos e foram para o Encontro Cultural. Eles tinham que fazer vídeos de até cinco minutos do Encontro Cultural. Cada um pegaria uma parte e depois teriam que fazer edição e a correlação daquilo que estavam filmando em Laranjeiras durante o Encontro, além de fazer uma fala sobre patrimônio material e imaterial daquela área e postar no YouTube. Eles fizeram isso e existem ao menos oito vídeos postados no YouTube. Os alunos ficaram bem entusiasmados. Entrevistaram os mestres, filmaram as danças e andaram pela cidade toda. Aqueles meninos que, muitas vezes, não tinham colocado os pés em Laranjeiras, saíram de lá apaixonados e queriam voltar com a família. Eles se tornam agentes multiplicadores, primeiro por eles mesmos, e depois pela própria questão de colocar no YouTube e ganhar o mundo. Começam a ter essa visibilidade maior. Eu sempre me preocupo muito com essas questões e acho que a gente tem que começar a trabalhar com isso. Uma coisa que digo: o que me atraiu para a tecnologia, mesmo sendo historiadora, no centro das Ciências Humanas, é justamente que ninguém queria trabalhar com isso dentro das Ciências Humanas e das Ciências Sociais. Eu lembro que, quando comecei a ir nas reuniões sobre patente ou indicação geográfica para aprender sobre isso, o pessoal de Engenharia e da Tecnologia me olhava indagando o que esse corpo estranho estaria fazendo ali. “*O que ela está querendo, volta lá para os arquivos do século XVIII e XIX*”. Eu dizia que não, que iria aprender a fazer blogs e sites. Curioso como as coisas se relacionam: do Maptour, que é o aplicativo de turismo dos aeroportos, surgiu um segundo aplicativo, o Sergipe Cult, sobre folgedos e folclores dos municípios aqui do Sergipe.

Eu já estava pensando, para o próximo Edital, em desenvolver um aplicativo sobre gastronomia. Abordar os produtos que são singulares aqui. Por exemplo, temos em Laranjeiras uma cachaça muito específica, chamada de Pinga de Quati. Quase ninguém sabe disso, porque o mestre de Cultura que a produz seleciona, durante o Encontro Cultural, convida algumas pessoas até a casa dele e serve essa cachaça afrodisíaca. Existe toda uma questão da madeira, que é conservada, por isso só acontece uma vez ao ano, apenas uma garrafa. Então não são muitas pessoas, e já virou uma tradição. Todos buscam ser amigos do mestre para poderem ir ao Encontro Cultural e beberem a Cachaça.

Professora Janaina Cardoso de Mello: Isso me deu uma ideia, eu disse: *poxa, olha quanta coisa a gente tem e a gente não tem uma divulgação disso*. É bacana criar um mapeamento digital e mostrar os lugares aonde temos um peixe de forma diferente, como o Aracu, ou o Siri Mole, que o Antonio Marcelo estava me falando há algum tempo. A gente tem tanta coisa aqui e às vezes não vinculamos justamente a esse saber

cultural tradicional. Que não fique apenas aquela questão do restaurante que vende, mas não fala da historicidade, da cultura e do povo que produz. Precisamos correlacionar tudo isso. Vamos falar dos mariscos, mas vamos falar também das catadoras de marisco. Vamos falar do licor de mangaba, mas vamos falar das catadoras de mangaba. Elas têm uma associação e tudo mais. Já estou pensando nisso, em fazer um terceiro aplicativo, agora nessa linha da Gastronomia e da comida. Eu brinco que o Nordeste me engordou vinte quilos. Quando Marcelo me conheceu, eu parecia uma flagelada magérrima, e hoje eu sinto a dor do peso. Eu brinco que devo parar de trabalhar com projetos que envolvam comida, porque não dá certo. Mas tem sido uma experiência interessante. Eu acho que a gente precisa mais disso, porque, eu via justamente o pessoal da tecnologia não querendo desenvolver nenhum produto vinculado à Cultura. Aqui em Sergipe então, que temos a exploração do petróleo pela Petrobras, o pessoal da tecnologia e da engenharia quer trabalhar com produtos voltados para a empresa, para a Petrobras. Não querem trabalhar nada cultural, porque acham que não dá dinheiro. Então, decidi que iria aprender a fazer isso e, no caminho, vou encontrando pessoas “loucas” também, iguais a mim. Tenho uma parceira intelectual aqui, que trabalha muito com tecnologia, a professora Priscila Maria de Jesus, que é museóloga e também desenvolveu a marca do Maptour. Foi ela que fez, agora eu já estou aprendendo a criar também os logos e as marcas. Vamos unindo forças, trabalhando nesse sentido. Construindo justamente uma ação coletiva.

Se existe algo que posso dizer sobre as tecnologias é que me ensinaram e me deram outra visão da própria Academia. Porque, na História, não sei se o Marcelo chegou a sentir isso, tínhamos muito trabalho isolado, individualizado e até solitário. Agora, nesses projetos que eu tenho feito de tecnologia e patrimônio, estou trabalhando como equipe. Eu preciso de uma equipe, porque cada um chega com um saber agregado e dá valor aquele projeto. É maravilhoso. Eu não sei tudo, eu tenho muita coisa para aprender. Quem pode me ensinar? O outro chega e diz: *Olha, você tem alguma coisa que me interessa, então vamos trocar? Eu sei como faz isso e você me dá o que você sabe fazer.* Temos trocado muito nisso e fizemos grupos. Isso tem sido tão maravilhoso. Não sinto mais solidão na pesquisa, porque essas pesquisas, que são agora aplicadas, são pesquisas de coletividade. Eu acho que isso também muda um pouco a própria face da Universidade. Eu acho que cada vez mais a gente tem que trabalhar essa própria coletividade, até para nós nos fortalecermos enquanto Ciências Humanas e Sociais. Não adianta mais cada um ficar no seu lado, competindo entre si. Precisamos investir nos grupos, nas redes de solidariedade e nas redes extraterritoriais, rompendo as geografias. Acho que o patrimônio abre uma vertente muito boa para isso e que o caminho do Brasil para ter uma maior valorização, visibilidade e reconhecimento do seu Patrimônio Cultural, seja ele material ou imaterial, é o investimento nessa perspectiva. Somos nós que estamos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais que vamos ter que pegar o touro pela unha e correr atrás; fazer isso acontecer. Não dá para a gente ficar esperando o poder público fazer isso, temos que realmente ter nosso protagonismo. A ação do Professor José Medeiros com o Jardim-Ciência é maravilhosa. É isso que a gente

precisa ter, iniciativas que pensem o para fora da Universidade, do currículo Lattes e das publicações. A gente tem que pensar principalmente esse retorno social, que é um retorno social não só para a comunidade que a gente trabalha, mas para nós mesmos.

Para mim é sempre maravilhoso saber que tem a Pinga de Quati lá do Zé Rolinha. Então, enquanto ele estiver mantendo essa tradição, eu vou poder sempre consumir dessa Bimba de Quati nos Encontros Culturais, e levar os amigos para consumir também. Se essa tradição morre, como fica? Eu também perco isso como pesquisadora. Temos que entender que esse fluxo é de mão dupla, nós estamos trabalhando com eles para produzir algo que nos beneficie mutuamente. Acredito que essa também é a postura do professor, de sair daquela ideia de que estamos levando o conhecimento e a iluminação para as comunidades ignorantes. Não são comunidades ignorantes. Há um bom tempo já aprendemos que a gente subestimou essas comunidades durante muito tempo. São comunidades que querem ser tratadas de igual para igual. Eles são doutores no saber deles. E *como* eu aprendi nesse tempo todo de Nordeste. Eu brinco que eu não sou nordestina, mas já sou uma carioca do Nordeste. O que eu aprendi e continuo aprendendo é fenomenal. Eu acho que o pouquinho que eu consigo transmitir ainda é pouquíssimo perto da riqueza toda que o Nordeste tem me trazido ao longo desses anos. Eu agradeço muito às comunidades que têm aberto as suas portas, inclusive das suas casas, para mim, para almoços, para tudo. Porque as minhas pesquisas saem disso; saem delas. Eu me sinto extremamente feliz de poder justamente trazê-las e falar delas. Falar da Dona Marieta das queijadas, do Zé Rolinha com a sua Pinga de Quati, falar de todos eles que, realmente, são esse patrimônio e têm uma significação muito importante. Eu digo sempre que toda vez, a uns seis anos, eu vou para o Encontro Cultural de Laranjeiras, em janeiro, durante a comemoração dos Santos Reis. E todas as vezes eu me emociono. Todas as vezes eu fico com lágrimas dos olhos, e os alunos têm isso: “Nossa, professora, parece que a senhora é sergipana”. Acho que já sou em alma, porque eu me emociono. É uma coisa muito bacana isso e acho que a gente precisa fazer mais isso.

Só lembrando, Marcelo, quando você falou do Jongo, eu lembro que quando eu comecei a procurar, fiz a busca de territorialidade, para buscar aplicativos que trabalhassem com essa questão da cultura popular, eu achei um aplicativo que trabalha com o Samba de Roda o Jongo, justamente no Rio de Janeiro. Ele faz esse mapeamento das áreas do Rio de Janeiro, que têm apresentação do Jongo e dos Sambas, mostrando o local, preço, capacidade de recepção e os horários. Isso é muito importante, esse aplicativo do Sergipe Cult surge muito inspirado nesse aplicativo do Jongo para o Rio de Janeiro. Estamos fazendo nosso trabalho de formiguinha. Em algum momento isso vai dar um resultado muito bom. A longo, médio prazo, acho que estamos contribuindo.

Professor Antonio Marcelo Jackson: Janaína, minha amiga, muitíssimo obrigado por tudo, por essa aula maravilhosa que você nos deu. E José, eu deixo com você dessa vez o encerramento e os agradecimentos finais.

Professor José Medeiros da Silva: Obrigado Professor Antonio Marcelo. Se você observar aqui na minha tela, aqui tem dois quadros de Ouro Preto e um do Japão. Esse do Japão eu trouxe lá da casa onde o próprio poeta Matsuo Bashō (1644-1694) nasceu.

Professora, eu saio hoje daqui mais tranquilo em relação ao Brasil. Fiquei muito feliz porque eu já percebo que diversos conceitos importantes já foram criados. E penso que o mais difícil é a criação dos conceitos. Quando eu vejo algo mentalmente criado e de possível aplicação para melhoria das condições da vida humana eu já fico muito satisfeito, pois eu sei que isso pode se materializar em um tempo ou noutro. Então, vejo que a professora já criou coisas maravilhosas para o bem do Brasil. Por exemplo, esse conceito de indicação geográfica de Cultura é um conceito importantíssimos para intensificarmos essa apropriação mental dos nossos tesouros culturais e também para valorizar as comunidades e interagirmos com elas.

É realmente interessante essa ideia de indicação geográfica de Cultura. O nosso Jardim-Ciência homenageia um amigo que já nos deixou, o Professor Aziz Ab'Saber (1924-2012). O Professor Aziz sempre nos dizia para nos apropriar mentalmente do território, pois território é a base onde os nossos pés se firmam. Depois, ele dizia que era preciso pensar e analisar as diversas formas de sua ocupação e de como o ser humano se relaciona com o mesmo, assim como os conhecimentos produzidos por essa interação.

Hoje, a professora Janaína nos deu uma boa aula e eu gostaria de, talvez, estar presente na próxima festa de Laranjeiras (Sergipe). Se não pessoalmente, quem sabe participando de uma transmissão ao vivo para a China pela internet, para apreciarmos daqui alguns minutos dessa festa popular. Poderemos reunir aqui um grupo, com os meus alunos chineses da Universidade para ver um pouco dessa manifestação cultural. Algum mestre local poderia conversar com os meus alunos chineses. Já que vão beber cachaça lá, a gente poderia fazer daqui um brinde virtual. Além disso, quando eu estiver no Brasil eu espero conhecer Laranjeiras pessoalmente. Talvez, estimular alguns professores da minha comunidade ou algumas pessoas do Jardim-Ciência para visitarem a festa de Laranjeiras. Nos apropriar disso. Ou seja, estamos diante de novas potencialidades de interação e de apropriação do conhecimento.

Então, mais uma vez eu queria parabenizar a professora por essa sua comunicação.

Professor Antonio Marcelo Jackson: Agradeço a Janaina por tudo. José, é sempre um prazer conversar com você, de todas as formas possíveis: de forma oficial ou oficiosa, pouco importa. Apenas para efeito de registro, acho que não comentei com a Janaina, é que, apesar do Doutorado em Ciência Política do Professor José Medeiros, a formação dele é toda em Letras. Ele é professor na área de Língua Portuguesa na Universidade de Estudos Internacionais de Zhejiang, o que significa, Janaina, que o que ele falou da transmissão realmente seria extraordinário. Exemplo, uma transmissão de uma festa

popular em Sergipe para alunos chineses, estudantes de Língua Portuguesa na China. Isso seria um evento que eu gostaria, de alguma forma, participar e assistir a isso. Será extraordinário, com certeza. Mais uma vez, muitíssimo obrigado Janaina. Estamos aqui encerrando o nosso Fórum Internacional de Ideias. Obrigado a todos, um grande abraço.